

# PERSPECTIVAS DECOLONIAIS E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: A formação inicial docente

## DECOLONIAL PERSPECTIVES AND EDUCATION OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS: Initial teacher training

*Claudete de Sousa Nogueira<sup>(\*)</sup>*

### Resumo

O presente texto tem como objetivo apresentar e refletir sobre experiências enquanto docente responsável pela disciplina “Educação para as relações etnicorraciais” em curso de Licenciatura, buscando realizar reflexões quanto a necessidade de construir propostas que possibilitem a formação de docentes sensíveis e comprometidos com uma educação emancipatória. Para tanto, a articulação do trabalho com as concepções de autores e autoras que trazem propostas relacionadas às Perspectivas decoloniais e Educação antirracista se fazem fundamental no processo de formação inicial do docente. Por meio das observações realizadas no decorrer da disciplina e análise de relatórios produzidos pelos licenciandos, futuros docentes, a proposta do artigo se fundamenta na necessidade de subsidiar futuros docentes nas discussões e ações referente às rupturas epistemológicas e superação do modelo monocultural, considerando o papel da universidade neste processo.

**Palavras-chave:** Formação Inicial Docente. Estudos Decoloniais. Educação Antirracista.

### Abstract

This text aims to present and reflect on experiences as a teacher responsible for the subject "Education for ethnic-racial relations" in a Licentiate course, seeking to reflect on the need to build proposals that enable the training of teachers who are sensitive and committed to an emancipatory education. To this end, the articulation of the work with the conceptions of authors who bring proposals related to Decolonial Perspectives and Anti-Racist Education become fundamental in the process of initial teacher training. Through observations made during the course and analysis of reports produced by undergraduates, future professors, the purpose of the article is based on the need to support future professors in discussions and actions regarding epistemological ruptures and overcoming the monocultural model, considering the role of university in this process.

**Keywords:** Initial Teacher Training. Decolonial Studies. Anti-racist Education.

## 1 INTRODUÇÃO

A questão da diversidade tem sido atualmente ponto de discussão em todos os espaços sociais, especificamente nas instituições escolares. As questões que se colocam giram em torno de alguns pontos: Como lidar pedagogicamente com a diversidade? Como pensar na formação docente diante desse contexto? Pensar a educação escolar hoje, exige pensar em um amplo processo de desenvolvimento individual e coletivo, no qual estão presentes mudanças e permanências que ocorrem na sociedade e se refletem na escola. Levando-se em conta a necessidade de superação desses desafios, percebe-se

---

<sup>(\*)</sup>Professora assistente Doutora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). ORCID: 0000-0002-3919-942X Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1901736787798867>. E-mail: [claudete.nogueira@unesp.br](mailto:claudete.nogueira@unesp.br)

a urgência em encontrar diferentes maneiras de trabalhar com as questões que envolvem a diversidade no ambiente escolar.

Com a aprovação da Lei 10.639/03 em que foram estabelecidas as diretrizes e bases da educação nacional que inseriu no currículo oficial da Rede de Ensino, a temática “História e Cultura Africana e Afro-brasileira”, Professoras e Professores são desafiados a (re)pensar em suas posições teóricas metodológicas” e especificamente o Ensino de história, além de Educação artística e Literatura, se constituem como espaços fundamentais para a implementação da legislação:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afrobrasileira e indígena (Brasil, 2008, p. 1).

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (Brasil, 2008, p. 1)

Assim, as temáticas da cultura africana, afrobrasileira e indígena incorporadas definitivamente no currículo desafiam os docentes a buscar outras perspectivas para a compreensão dos problemas da sociedade atual. Ao ser incentivado a desenvolver as atividades propostas pelas Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, o docente é convidado a mobilizar outros sentidos referentes a raça, a cultura, ao que é ser negro e indígena, que possibilitem relacionar as bases teóricas e os saberes dos diversos grupos.

Nesse contexto, os cursos de licenciaturas tornam-se espaços fundamentais para o desenvolvimento de ações que possibilitem a formação de docentes sensíveis e comprometidos com uma educação emancipatória. Para tanto, a articulação do trabalho com as concepções de autores e autoras que trazem propostas relacionadas às Perspectivas interculturais e Educação antirracista se fazem fundamentais no processo de formação inicial do docente. Trata-se, portanto, de oferecer subsídios para que o licenciando, futuro docente possa contribuir para a desconstrução das colonialidades que se reproduzem no espaço escolar e que para além do conhecimento específico,

problematizem temas sociais, políticos, econômicos, ambientais, numa perspectiva decolonial.

A partir das experiências enquanto docente, em cursos de Licenciaturas busco no presente texto realizar reflexões destacando a necessidade de construir propostas que possibilitem a formação de docentes sensíveis e comprometidos com uma educação emancipatória. Para tanto, o contato e estudos com autores e autoras que trazem propostas relacionadas às Perspectivas interculturais e Educação antirracista se fazem fundamental no processo de formação inicial do docente. Assim, almejamos refletir sobre a importância destes estudos no âmbito da formação inicial docente apresentando quais estudos são abordados nas experiências desenvolvidas nas atividades de ensino. Busca-se entender concepções, mapear práticas pedagógicas, analisar materiais e recursos pedagógicos. Ademais, espera-se que estes estudos incentivem o olhar dos futuros docentes para além dos muros da escola, isto é, para as culturas e tradições das comunidades e sua importante contribuição para a concretização dessa política na escola.

## 2 CONSTRUINDO SUBSÍDIOS PARA A DOCÊNCIA

A escola tem se constituído durante muito tempo um locus privilegiado para o debate e as ações que levem a uma educação voltada para a diversidade, o que desafia Professores e gestores a refletirem sobre a definição de ações que contemplem as diversas propostas, considerando as especificidades de cada projeto Pedagógico. Ao longo do processo, influenciados pela luta e ações dos movimentos sociais e mudanças curriculares, algumas escolas passam a indicar em seus projetos, ações que possibilitem construir propostas para uma Educação intercultural e antirracista.

Cabe aqui destacar, o desafio imposto às instituições escolares de construir projetos educativos emancipatórios e que contribuam para a Descolonizar os currículos. Concordamos com a pesquisadora Nilma Gomes (2012) ao ressaltar que:

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (Gomes, 2012.p 102).

A pesquisadora também ressalta sobre a necessidade de investimento político-pedagógico e acadêmico, no processo de formação de professores/as para a diversidade étnico-racial. Nesse sentido, a perspectiva decolonial e interculturalidade crítica podem ser acionadas a partir da importante alteração ocorrida na legislação educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) através da sanção da Lei nº 10.639/03 e sua regulamentação pelo parecer CNE/CP 03/2004 e pela resolução CNE/CP 01/2004 (Gomes, 2012; Oliveira; Candau, 2010)

Considerando o contexto de desafios, possibilidades e vivências, os conteúdos e leituras proposto na disciplina oferecida aos licenciandos têm como foco compreender e identificar como se caracterizam os reflexos da colonialidade no espaço escolar e conhecer estudos de autores e autoras que trazem propostas relacionadas às práticas pedagógicas decoloniais e Educação antirracista .

A disciplina “Educação para as relações étnico raciais” é obrigatória para os alunos e alunas do Curso de Ciências Sociais desde o ano de 2020, resultado de uma reestruturação ocorrida neste ano. A disciplina se insere no âmbito da Área complementar Didático-Pedagógicas constituída por quatro disciplinas, que, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, são consideradas de “importância fundamental para o perfil de um profissional que deve estar preparado para questões voltadas para a temática da inclusão: Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Especial e Inclusão Escolar, Surdez e Libras”.

Nas discussões propostas para a disciplina são acionados estudos e reflexões de autores e autoras que tratam de temáticas como: Eurocentrismo e suas implicações nos conteúdos escolares, lutas e resistências, perspectivas e experiências interculturais de educação; Educação antirracista no diálogo com as perspectivas decoloniais.

Inicialmente são levantadas discussões e debates que buscam compreender o lugar da temática das relações raciais nos currículos oficiais, silenciamento dos sujeitos, suas culturas, o racismo epistêmico e implicações no currículo escolar. Os alunos e alunas são instigados a expressar opiniões sobre temas ou imagens que guardam na memória relacionados as culturas africana, afro-brasileira e indígena, além de se posicionar sobre questões que envolvem as relações raciais no Brasil , resistências e lutas por políticas públicas, como as Cotas nas universidades, por exemplo.

As reflexões feitas por meio da leitura de Chimamanda Adichie trazem neste primeiro contato provocações que se tornam fundamentais para que os licenciandos

possam compreender a presença de uma monocultura do saber e seus efeitos para os sujeitos invisibilizados.

É assim, pois, que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. [...] Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. [...] A única história cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história. (Adichie, )

As discussões e debates contribuem no olhar crítico para o papel da escola nesse processo, enquanto reprodutora da noção de história única, tornando-se também responsável pela construção de uma consciência estereotipada, preconceituosa, racista e excludente. Em relatório sobre a discussão proposta por Adichie (2029) um aluno destaca:

É uma reflexão poderosa e necessária sobre o impacto que a narração de uma única história pode ter na forma como entendemos os outros e a nós mesmos. Adichie aponta que a maneira como uma história é contada e quem a conta influencia a percepção que temos de outros povos, culturas e países. Quando só ouvimos uma história sobre uma cultura ou povo, tendemos a formar estereótipos que podem ser prejudiciais e incompletos. A história única pode levar ao reforço de preconceitos e à discriminação, limitando nossas perspectivas e restringindo nossa compreensão do mundo. Adichie aponta que o perigo dessas histórias únicas é que elas obscurecem a diversidade e a complexidade das culturas e das vidas das pessoas que compõem esses lugares. (Relatório de aula/2023).

Em um outro relatório, após realizar as reflexões a aluna conclui:

Desta forma, Adichie nos aponta a necessidade de defender a diversidade e reconhecer sua importância, dando vozes a uma multiplicidade de visões e narrativas. (Relatório de aula/2023)

Compartilhamos também no programa da disciplina, os apontamentos de pesquisadores que discutem aspectos da colonialidade do poder, do ser e do saber apresentados por Anibal Quijano, Catherine Walsh, dentre outros. A produção do grupo modernidade/colonialidade permite reflexões importantes, que podem ser dialogadas com as temáticas da interculturalidade, relações étnico-raciais e educação, possibilitando aos futuros docentes problematizar conceitos já conhecidos e desenvolver novas maneiras de pensar. É o caso, por exemplo do conceito de colonialidade do poder proposto por Quijano (2005), do qual se configura como:

uma estrutura de dominação que submeteu a América Latina, a África e a Ásia, a partir da conquista. O termo faz alusão à invasão do imaginário do outro, ou seja, sua ocidentalização. Mais especificamente, diz respeito a um discurso que se insere no mundo do colonizado, porém também se reproduz no lócus do colonizador. Nesse sentido, o colonizador destrói o imaginário do outro, invisibilizando-o e subalternizando-o, enquanto reafirma o próprio imaginário. Assim, a colonialidade do poder reprime os modos de produção de conhecimento, os saberes, o mundo simbólico, as imagens do colonizado e impõe novos. Opera-se, então, a naturalização do imaginário do invasor europeu, a subalternização epistêmica do outro não-europeu e a própria negação e o esquecimento de processos históricos não-europeus. (Oliveira; Candau, 2010)

Quijano fala também da colonialidade do saber, entendida como a repressão de outras formas de produção de conhecimento não-europeias, que nega o legado intelectual e histórico de povos indígenas e africanos, reduzindo-os, por sua vez, à categoria de primitivos e irracionais, pois pertencem a “outra raça”. (Oliveira; Candau, 2010)

Dessas leituras e análises surgem reflexões que permitem compreender a colonialidade e suas repercussões nas práticas de violências que se estendem para o espaço escolar, como resultado histórico dos processos de dominação impostos à sociedade brasileira. Como nos alerta Walsh:

[...] o problema estrutural da colonialidade ainda segue vigente nos padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização ontológico-identitário-cosmológico- -espiritual-existencial que orienta as instituições sociais, os esquemas mentais e a vida cotidiana. (WALSH, 2009, p. 37)

Surgem assim, questões que ampliam o debate e incentiva o olhar crítico do futuro docente para as relações cotidianas escolares: Como identificar os reflexos da colonialidade do poder no cotidiano escolar e no currículo? Existem projetos alternativos que levem a uma educação emancipadora que se contraponha ao modelo eurocêntrico, monocultural? Essas questões estão de acordo com as discussões dos autores sobre práticas pedagógicas decoloniais dialogando com autores que discutem a proposta de uma Educação antirracista. Neste processo “O conceito de interculturalidade é central na (re)construção do pensamento-outro. A interculturalidade é concebida, nessa perspectiva, como processo e como projeto político” (Gomes, 2012 p.103).

Esses debates são também relacionados aos que indicam como desafio atual, a criação de um novo paradigma epistemológico, assim definido por Gomes (2012):

Estamos, portanto, em um campo de tensões e de relações de poder que nos leva a questionar as concepções, representações e estereótipos sobre a África, os africanos, os negros brasileiros e sua cultura construídos histórica e socialmente nos processos de dominação, colonização e escravidão e as formas como esses são reeditados ao longo do acirramento do capitalismo e, atualmente, no contexto da globalização capitalista (Gomes, 2012. p. 103).

Assim, esses estudos sugerem a urgente descolonização dos currículos a partir das mudanças nas políticas educacionais, assim como a revisão e inclusão de conteúdos que atentem para a diversidade em uma Educação emancipatória.

No processo de avaliação da disciplina, alunos e alunas são desafiados a mapear e refletir sobre experiências de Educação na perspectiva intercultural e antirracista, importante diálogo com as práticas pedagógicas e outras perspectivas no processo ensino aprendizagem.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que, o contato com debates e estudos que que problematizam a colonização e seus efeitos na sociedade em geral e na Educação, além dos que trazem propostas relacionadas às Perspectivas decoloniais e Educação antirracista se fazem fundamental no processo de formação inicial do docente. Cabe aqui considerar, o que mostram as pesquisas recentes que apontam para um desconhecimento e despreparo dos docentes em exercício quanto a temática, o que inviabiliza o seu trabalho na prática e seu olhar para a diversidade existente em sala de aula.

A inclusão de disciplinas que tragam em sua proposta uma bibliografia que apresente os reflexos do colonialismo na escola, que questione o currículo monocultural e eurocêntrico e apresente caminhos para mudanças epistemológicas se faz urgente.

### REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo:

Companhia das Letras, 2019

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática «História e Cultura Afro-Brasileira», e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

**GOMES, Nilma Lino. *Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos*. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012**

OLIVEIRA, Luiz; CANDAU, Vera. **Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil**. Educação em Revista | Belo Horizonte | v.26 | n.01 | p.15-40 | abr. 2010

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo. Cortez, 2010

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: insurgir, reexistir e reviver**. In. CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009

(Recebido em agosto de 2023; aceito em setembro de 2023.)